

Consolidação de ‘Museus Vivos’ em Comunidades Quilombolas: a construção da memória como política de reconhecimento¹

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA)²

Palavras-chave – “museus”, “novas coleções” e “territórios tradicionais”

Introdução

Uma observação prévia importa evidenciar: em janeiro deste ano as atividades de pesquisa e curadoria relativas à organização de novas coleções de artefatos organizadas por membros de unidades sociais autodesignadas *indígenas, quilombolas e/ou comunidades tradicionais* completou dez anos de existência. A referência ao decênio nada tem de registro laudatório ou de criação de uma efeméride. Atrela-se, contudo, a uma duração relativa à execução de dois projetos de pesquisa obtidos por chamada pública e que contaram com o fomento de agências de produção de conhecimento científico³. Tais iniciativas de curadoria efetuadas por membros dessas unidades sociais ocorrem de modo articulado com pesquisadores acadêmicos. Além da organização das chamadas “coleções” em si, isto é, seleção, organização e sistematização de um conjunto de artefatos tidos como representativos da trajetória de uma certa unidade social que pode se constituir como “comunidade”, “aldeia”, “território”, dentre outras formas designativas, as

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano 2024).

² Doutora em Antropologia, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política Da Amazônia (PPGCSPA) desta universidade.

³ Foram dois os projetos de pesquisa aprovados nestes últimos dez anos que foram coordenados e integrados por professores e pesquisadores do PPGCSPA e vinculados ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: o primeiro, aprovado em 2013, intitulava-se “Centro de Ciências e Saberes, experiência de criação de “museus vivos” na afirmação de saberes e fazeres representativos dos povos e comunidades tradicionais”, e fora coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA/UEA), Heloisa Bertol Domingues (MAST) e Cynthia Carvalho Martins (PPGCSPA/UEMA), com base numa parceria estabelecida entre três instituições: o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), a Universidade Estadual do Maranhão, através do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA-UEMA), e a Universidade do Estado do Amazonas, por meio do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA/UEA). E o segundo intitulado “Revitalização e Instalação de Museus Vivos na Amazônia” fora aprovado em dezembro de 2021 e está em execução sendo coordenado pelo professor Alfredo Wagner; ambos contaram com financiamento do CNPq.

atividades de trabalho têm sido variadas, abrangendo desde a criação dos chamados “centros de ciências e saberes”, propriamente ditos, até atividades de pesquisa de campo, realização de reuniões e oficinas, visitas a museus; assim como os produtos que resultam destas ações são igualmente variados, consistindo desde a realização seminários nacionais e internacionais, publicações de livros, artigos, dissertações e monografias de conclusão de curso.

A clivagem mencionada pode até mesmo ser posta em suspenso já que as iniciativas de trabalho com as *coleções* não devem ser apartadas do trabalho referido à chamada nova cartografia social que estava em curso desde 2004/2005 no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Sob a perspectiva das práticas de pesquisa propriamente ditas, pode-se considerar que no âmbito das atividades de pesquisa com a nova cartografia social foram emergindo iniciativas próprias para se reportar à “memória” sobre a trajetória seja de grupos, seja de indivíduos _ a inclusão das aspas busca chamar atenção para a dimensão conceitual de “memória” fazendo lembrar há disputas por uma definição legítima de memória⁴, tanto quanto há riscos de reificarmos as chamadas “recordações” e “lembranças” que por vezes se colocam e integram as narrativas sobre história de coletividades e/ou indivíduos, conferindo um sentido de realidade incontestável. Ou seja, a noção de memória pode ser tomada pura e simplesmente como um dado objetivo, desdizendo a dimensão *presencial do passado* (Castro Faria, 1981) e as formulações que evidenciam os planos político-sociais de construção de narrativas sobre o tempo pretérito.

⁴ Gêneros distintos de produção de conhecimento intelectual parecem recorrer à “memória” como instrumento analítico que viabiliza a reconstituição histórica de fatos, eventos, acontecimentos ou experiências vividas por aqueles que muito excepcionalmente poderiam compor as galerias do saber ilustrado. Recorrer à memória daqueles classificados como “homens comuns” pelos críticos da historiografia oficial, autorizando a reconstituição de uma história vista de baixo, foi um artifício ao qual muitos historiadores recorreram face à crítica ao positivismo; notadamente aqueles historiadores referidos à conhecida história social inglesa que tem em Eric Hobsbawm e Ranger (1997); e/ou E. P. Thompson (1998) referências obrigatórias ou que recuperam as contribuições da conhecida micro-história referendada a Carlo Ginzburg (2006). No combate à história tradicional, de feição positivista, que deu prevalência ao feito de agentes históricos individuais e que conferiu aos fatos oficiais a organicidade cronológica indispensável às construções bem fundamentadas pelo princípio da continuidade histórica, a “memória” de homens comuns parece ter sido alçada ao *status* de noção operacional. Seu aspecto controverso já foi, no entanto, amplamente debatido porquanto, enquanto categoria analítica, a memória presta-se com certa facilidade a tematizar a continuidade histórica ou a reificar discursos, falas ou acontecimentos (FOUCAULT, 1995). De outra parte, estes críticos do pensamento positivista refratários ao *memorialismo*, enquanto gênero de produção acadêmica, chamam atenção para os riscos desta noção de memória atualizar perspectivas de cunho essencialista e/ou primordialista, reforçando, por esse viés, a defesa de uma verdade científica predeterminada pelo passado, então reificado.

De todo modo, um desafio se colocava: _ como organizar a memória de povos e comunidades tradicionais? As práticas de pesquisa relacionadas ao mapeamento social indicavam a atualização de diferentes modos de preservação da memória incluindo narrativas sobre a história de acesso do grupo aos territórios, detidas por aqueles que são considerados como porta-vozes de determinado grupo social, ou narrativas míticas que traziam elementos identitários indissociáveis dos territórios tradicionalmente ocupados. Estas práticas de pesquisa colocaram-se como condição de possibilidade para a organização de livros a exemplo do livro do senhor Domingos Ramos Ribeiro intitulado “Histórias do Padrinho Domingos” (2011) e coleções de livros organizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia como as coleções “Narrativas Quilombolas”, Narrativas de Quebradeiras de Coco Babaçu” e Narrativas de Indígenas”. Indagávamos ainda sobre como tais iniciativas referendadas à memória de grupos aproximavam-se das iniciativas de organização das coleções de artefatos? A prática de pesquisa passou a exigir dos pesquisadores a elaboração de um certo número de indagações e sobretudo a refletir sobre a relação entre o mapa e o museu como modos de afirmação identitária que acoplavam os pleitos por um reconhecimento étnico às lutas territoriais, defendendo assim uma equidade na distribuição econômica _ a esse respeito vale lembrar as formulações de Nancy Fraser (2001).

Observávamos, contudo, que as iniciativas de mapeamento social se davam, em certas situações, ao tempo da organização de coleções e estavam referidas a situações sociais caracterizadas por tensões e conflitos sociais, de sorte que a implantação de megaempreendimentos que podem inclusive implicar em desapropriação de terras de grandes extensões territoriais, a exemplo da implantação do chamado Centro de Lançamento de Alcântara no início da década de 1980, a implantação de obras de infraestrutura incluindo construção de rodovias, ferrovias, portos ou mesmo a implantação de novas políticas de governo, como as iniciativas de mudança da política energética do país, ou ainda conflitos decorrentes da presença ostensiva de empreendimentos privados que podem se avizinhar ou avançar sobre territórios tradicionais colocam-se como invariantes e nos forçam a refletir sobre a dinâmica das ações de resistência em curso.

Para além destas inquietações e ao se discutir coletivamente durante a realização das oficinas e reuniões que efetuávamos para tratar do trabalho com as coleções, uma tônica que se colocava era a ideia de um “museu vivo” expressa pelos curadores dessas

novas coleções. Tal ideia expressava em primeiro lugar uma recusa em reproduzir sistemas de classificação preestabelecidos e cristalizados por iniciativas de museus convencionais, criados com a chancela do Estado e/ou fundados em princípios classificatórios estabelecidos pelo colonialismo. Ou seja, sistemas classificatórios que reforçavam a ideia de uma cultura primitiva ou que produziam como efeito uma hierarquização de povos, sociedades ou culturas, dentre outros conceitos demarcadores da variação cultural. Estabeleciam, assim, um diálogo crítico com esquemas de classificação legitimados pela museologia como ciência, com seus critérios de competência e saber habilitados a esquadrihar e a classificar objetos. A ideia de um *especialista* legitimado por competência científica, única e exclusivamente, isto é, ancorado em conhecimentos formais e metódicos e detentores de critérios de competência e saber ligados a instituições, sistemas e normas pedagógicas não daria conta de refletir sobre a pluralidade de critérios de classificação que se coloca em cada uma das situações em jogo. Exigia, em distinção, uma descrição detida e ancorada numa confrontação de experiências e indicava uma quebra de monopólio dos critérios de classificação identitária atualizados pelos recenseamentos oficiais desde 1872, quando foi realizado o primeiro censo brasileiro. Ou seja, os critérios primordiais ancorados na cor da pele e em visões cientificistas da noção de raça deixam de ser hegemônicos dando lugar a categorias de autodefinição que fazem valer categorias identitárias e de autodefinição _ a esse respeito consultar Almeida, 2017.

De outra parte, a ideia de museu vivo destoava de ações oficiais de patrimonialização que detém inclusive poderes legais para efetuar o “tombamento” de bens culturais que visam sua “preservação” e “proteção”. Há situações em que preservar pode ser interpretado como embalsamar, mumificar, tolher a dinâmica de mudança produzindo a morte da cultura como efeito.

A privatização de bens públicos e os obstáculos à *virada cultural*

Colocar em suspenso a clivagem temporal com a qual iniciei este artigo, implica ainda em problematizar os obstáculos enfrentados para consolidação das experiências em curso. A exposição etnográfica “Saberes tradicionais e Etnografia” fora montada em abril de 2016 na Casa do Maranhão, localizada no centro histórico da cidade de São Luís, pode ser considerada como resultado do primeiro projeto de pesquisa mencionado (2014-2017). Em princípio estava lotada para lá permanecer por apenas 01 (um) mês. Entretanto, não fora a iniciativa de privatização de bens públicos perpetrada pelo governo do Estado

do Maranhão, bem recentemente, quando foi anunciada a venda de dez edifícios públicos do centro histórico de São Luís, lá permaneceria por tempo indeterminado. A edificação imponente data do século XIX, possui mais de 3500m² e ocupa toda uma quadra da conhecida Praia Grande, sítio do centro histórico de São Luís que foi inclusive reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco, em 1997.

Em maio deste ano a Exposição “Saberes Tradicionais e Etnografia” completou oito anos ininterruptos, estando aberta à visitação. Sob certo prisma, ela tem cumprido uma função pedagógica exemplar. Resultado de um trabalho de pesquisa de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, esta exposição reúne 13 coleções organizadas por curadores que são, eles próprios, membros e representantes de diferentes povos e comunidades tradicionais da Amazônia e tem criado as condições de possibilidade para o exercício de um aprendizado ímpar a alunos do ensino fundamental e médio da cidade de São Luís, além de alcançar um público amplo e difuso que realiza visitas diárias à Casa do Maranhão; público esse integrado por turistas nacionais e estrangeiros que passam a ter acesso a saberes, práticas e elementos de auto representatividade que se constituem em um trabalho inovador, difícil de ser encontrado no campo da museologia contemporânea. De outra parte, o trabalho de pesquisa a qual esta Exposição está ligada tem resultado em inúmeras publicações acadêmicas, assim como vêm autorizando a elaboração de trabalhos monográficos e dissertativos de alunos da graduação e pós-graduação da UEMA.

O desmonte desta Exposição “Saberes Tradicionais e Etnografia” trará prejuízos incalculáveis aos processos culturais em curso no Estado do Maranhão; processos esses que podem ser pensados através do conceito de “virada cultural” de Fredric Jameson (2006) não somente por se contrapor à mercadorização da cultura, distanciando-se de produção serial de bens culturais, mas por trazer à tona sistemas classificatórios que haviam sido apagados com a imputação de categorias identitárias homogêneas, dadas censitariamente. Para Jameson, a partir da década de 1970, a cultura se transformou na forma dominante de acumulação do capitalismo. Essa visão sobre a cultura parece estar presente nas discussões de André Gorz (2005) ao considerar que o conhecimento se constitui na principal força produtiva do capitalismo. Entretanto, em sua visão o “saber” _ notadamente o saber vivo, aquele adquirido pela experiência _ não aceita ser manipulado como mercadoria.

O Muralismo e as ações de Restauração

Iniciativas de destruição do patrimônio público contrastam sobremaneira com a criação dos chamados Centros de Ciências e Saberes em unidades sociais autodefinidas como comunidades tradicionais. No âmbito das atividades do Projeto Revitalização e Instalação de Museus Vivos na Amazônia temos nos defrontado com iniciativas que bem evidenciam as experiências adquiridas pelos curadores destas exposições e indicam um aprimoramento sobre a consciência de si e do grupo social ao qual representam, aprimoramento esse que vem se consolidando a partir da participação e organização de oficinas, reuniões e seminários ocorridos dentro e fora da unidade social de referência.

Em minhas atividades de pesquisa presenciei duas iniciativas inspiradas no muralismo que organizam as ações de restauração em dois Centros de Ciência e Saberes, o Mãe Anica e o Casa Branca. Neste último lá estive em junho de 2024, juntamente com a professora Cynthia Martins e dois alunos do PPGCSPA e então fomos direcionados a realizar uma visita ao centro pela curadora Querobina Silva Neta. Lá ela nos relatou sobre as mudanças que pretende realizar incluindo uma pintura na parede retratando cenas da vida cotidiana e paisagens denotativas da fauna e flora de Vila Conceição. participei da oficina ocorrida em Canelatiuia que viabilizou inclusive o trabalho coletivo de orga

Ocorrida entre os dias 08 e 09 de julho na Comunidade Quilombola de Canelatiuia, a “Oficina de Criação de Imagens para Pintura Mural” foi uma realização do Centro de Ciências e Saberes Mãe Anica e deu início às atividades de “revitalização” desse CCS. A Oficina foi conduzida por Carlos Serejo e foi organizada por Dorinete Serejo Morais, curadora do Centro de Saberes Mãe Anica e atual integrante da diretoria da Associação do Território Quilombola de Alcântara - ATEQUILA.

Nascido em Canelatiuia, Carlos Serejo é professor de Educação Artística do ensino fundamental e é filho do Sr. Clodoaldo Morais e da Sra Iracema Serejo Morais, duas reputadas famílias desta comunidade quilombola de Alcântara e reconhecidas como “famílias antigas” lá colocadas “há tempos imemoriais”. Ambas as famílias integram as narrativas sobre período colonial detidas por aqueles que dominam os fatos históricos alusivos a estas comunidades, constituindo-se em referências de um tempo pretérito caracterizado pela autonomia das grandes plantações.

A oficina reuniu cerca de vinte participantes, de diferentes faixas etárias, incluindo crianças e jovens e adultos, interessados no aprendizado e aprimoramento de técnicas de

desenho e pintura. Os participantes da Oficina são referidos a comunidades quilombolas do território étnico reivindicado, a exemplo das comunidades de Santa Maria, Brito, São João de Cortes, Itapera, Vista Alegre e Canelatiua. Além destes participantes, portadores de talentos artísticos, outros participantes integraram o grupo da Oficina, professores do mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, mestres e mestrandos desse Pós-Graduação, alunos da graduação de Ciências Sociais dessa universidade e pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

A Oficina objetivava, ainda, efetuar uma revitalização da faixa do Centro de Saberes Mãe Anica e produção de um “painel de pinturas”, interno ao CCS, que apresentassem elementos de autorepresentação das comunidades quilombolas. Para tanto, um debate fomentado por Carlos Serejo entre os participantes da Oficina propiciou a escolha das imagens a serem retratadas no Painel. Muitos desenhos foram produzidos antes da pintura do Painel, como forma de treinamento prévio e de aplicação de técnicas de desenho e pintura, com a técnica conhecida como Estêncil.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. A Historicidade da Vida contra a Museificação: os museus e os mapas nos centros de Ciências e Saberes. In: ALMEIDA, A. W. B. de; OLIVEIRA, M. A. (org.). *Museus indígenas e quilombolas: Centro de Ciências e Saberes*. Manaus: UEA Edições; PNCSA, 2017.
- CASTRO FARIA, Luís de. *Relatórios da pesquisa Pensamento Social Brasileiro*. Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 1981.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (org). *Democracia Hoje*. Brasília, Ed. UNB, 2001.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1995. 239p.
- GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JAMESON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.